



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

### PROJETO DE LEI Nº, DE 2021

(Da Sra. Adriana Ventura e outros)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para ampliar e promover o direito de liberdade de expressão em face da administração pública e de agentes públicos.

O Congresso Nacional decreta:

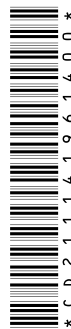
Art. 1º Esta Lei tem a finalidade facilitar e promover a liberdade de expressão a respeito do funcionamento da administração pública e de agentes públicos, incluindo suas decisões e condutas públicas, por meio da inclusão da liberdade de expressão na lista de condutas não consideradas como atos ilícitos.

Art. 2º O art. 188, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido dos incisos III e IV e do § 2º, com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único:

“Art. 188.....

III - o exercício do direito de liberdade de expressão e crítica em face de órgãos e entidades públicas, da administração pública direta ou indireta, e da qualidade dos serviços públicos, sejam eles prestados diretamente pelo Estado ou por terceiros mediante delegação de qualquer espécie;

IV - o exercício do direito de liberdade de expressão e crítica em face de agentes públicos, nessa qualidade, incluindo manifestações a respeito de suas condutas públicas, opiniões e decisões sob sua responsabilidade mediata ou imediata.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 1º No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

§ 2º No caso dos incisos III e IV, é legítima a crítica veemente, mordaz ou irônica, inclusive mediante utilização de adjetivos, desde que não configure:

I - Crime de calúnia, disposto no art. 138 do Código Penal; e

II - Crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, disposto no art. 140, § 3º do Código Penal.” (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

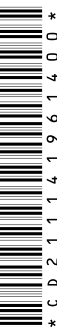
## JUSTIFICAÇÃO

A liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado pelo art. 5º, IV e art. 220 da Constituição Federal de 1998. Em particular, quando exercida a respeito da administração pública, dos serviços públicos e de agentes públicos, a liberdade de expressão é fundamental para a existência de um Estado Republicano e Democrático de Direito, pois a crítica configura elemento necessário para a reflexão e o aprimoramento das atividades públicas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO - DIREITO DE CRÍTICA - PRERROGATIVA  
POLÍTICO-JURÍDICA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL - ENTREVISTA  
JORNALÍSTICA NA QUAL SE VEICULA OPINIÃO EM TOM DE CRÍTICA -  
DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NO MUNDO ESPORTIVO -  
CIRCUNSTÂNCIA QUE EXCLUI O INTUITO DE OFENDER - AS EXCLUDENTES  
ANÍMICAS COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO DO “ANIMUS  
INJURIANDI VEL DIFFAMANDI” - AUSÊNCIA DE ILICITUDE NO  
COMPORTAMENTO DO PROFISSIONAL DE IMPRENSA - INOCORRÊNCIA DE  
ABUSO DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO -  
CARACTERIZAÇÃO, NA ESPÉCIE, DO REGULAR EXERCÍCIO DA LIBERDADE  
CONSTITUCIONAL DE EXPRESSÃO - A QUESTÃO DA LIBERDADE DE  
MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO (E DO DIREITO DE CRÍTICA NELA



**Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 802 | CEP 70100-970 Brasília-DF**  
 Para verificar a autenticidade, acesse o site: [dep.adrianaventura@camara.leg.br](mailto:dep.adrianaventura@camara.leg.br)  
 Tel: 61 3215-5802 | [dep.adrianaventura@camara.leg.br](mailto:dep.adrianaventura@camara.leg.br) | [www.camara.leg.br](https://www.camara.leg.br)







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

Apresentação: 08/10/2021 17:35 - Mesa

PL n.3504/2021

*Participation (SLAPP)*<sup>1</sup>. Embora o fenômeno não seja tão estudado no Brasil, também é possível verificar casos recentes em que esta estratégia foi utilizada<sup>2 3</sup>.

Dentre as técnicas utilizadas para enfrentar este fenômeno, o presente projeto busca utilizar uma abordagem de direito material, esclarecendo o âmbito de incidência do instituto do dano moral e excluindo de seu alcance o exercício regular da liberdade de expressão em face da administração pública ou de agentes públicos nesta qualidade.

Espera-se, com isso, fortalecer a liberdade de expressão em nosso país e propiciar o fortalecimento de nossas instituições públicas. Aproveitamos o ensejo para congratular a organização Fiquem Sabendo, uma agência de dados independente especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI), idealizadora do presente Projeto de Lei.

Assim, pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto.

Sala da Sessão, em        de outubro de 2021.

**Deputada ADRIANA VENTURA  
NOVO/SP**

1 Vide, por exemplo, em:

<[https://en.wikipedia.org/wiki/Strategic\\_lawsuit\\_against\\_public\\_participation](https://en.wikipedia.org/wiki/Strategic_lawsuit_against_public_participation)>. Acesso em: 06/10/2021.

2 Em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/06/jornalistas-que-divulgaram-salarios-de-magistrados-sao-alvos-de-acoes.html>>. Acesso em: 06/10/2021.

3 Em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1778916-magistrados-entram-com-dezenas-de-acoes-contra-jornalistas-no-pr.shtml>>. Acesso em: 06/10/2021.

